

Antropologia do Espaço

Aula #5 – Texto de apoio #5

17 de Abril de 2007

Espaço identidade e património

- o que é a identidade:

A adopção do conceito de identidade só se torna claro em 1963 com a publicação de “Estigma” por Ewing Goffman tornando-se a partir desse momento um termo corriqueiro nas ciências sociais e amplamente utilizado sem que com isso se consiga definir de forma concreta este conceito. O contexto social e político que se vivia nos Estados Unidos nos anos 60 surge como uma alavanca ao conceito de identidade, na medida que a identidade serve de suporte aos movimentos de reivindicação das minorias étnicas (Moreira, 2006).

A identidade parece ser uma dessas noções sem história, considerada como uma entidade abstracta que remonta à origem do pensamento. A questão da identidade reside na existência do “eu” e do “outro”, reside na diferença e na alteridade. Para alguns pré-socráticos como Parménides a identidade estava associada à permanência e constância, ao passo que para outros (Heraclito) tudo em sociedade se encontra em processo de alteração e mudança assim como a identidade (Moreira, 2006).

“A identidade é a tensão entre o “eu” e o “outro”, entre sujeito e objecto. É a resposta de adaptação ao mundo objectivo, e, por isso, é um *perpetuum*, e substancialmente incompleta. Daí a sua plasticidade, o seu dinamismo, a sua contingência, a sua impureza” (Moreira, 2006: 15).

A construção de identidade é precisamente um processo que se leva a cabo em contraste dialógico com os demais; uma operação baseada no jogo de semelhanças e diferenças, um processo contínuo de formação e transformações (Moreira, 2006).

“Associado ao conceito existe um paradoxo, já que a identidade pessoal consiste em se exprimir através da pertença de grupos e portanto, pelo cruzamento de identidades colectivas (ex: homem, professor, pai de família, desportista, militante político, etc.) depois acumuladas e circunstancialmente hierarquizadas. Se a construção da identidade se realiza justamente, pela selecção e organização/hierarquização que cada indivíduo faz das suas várias pertenças, tal não impede porém de certas identidades colectivas não possam falar mais alto” (Moreira, 2006:19-20).

- o que é o património

O património é um conceito colectivo de referentes culturais que se devem conhecer, valorizar e preservar pelo seu significado na composição de um determinado grupo humano e, em última análise, da própria Humanidade na sua diversidade cultural.

O conceito de património, como hoje o entendemos está relacionado com dois factores que surgiram no século XX: em primeiro lugar a limitação imposta aos seus proprietários quanto ao exercício do direito da disponibilidade e de uso dos bens que constituem este património, procurando-se garantir a sua preservação justificada pelo seu significado simbólico que é

atribuído pelo colectivo humano; e em segundo lugar a fundamentação jurídica destas limitações, traduzida na aceitação e na exigência colectiva do exercício de controlo e conservação por se considerar que um património colectivo expressa a identidade histórica e as vivências de um povo (Torrico, 2006).

A casa – o primeiro espaço

A casa popular¹ é um dos aspectos mais significativos e relevantes da humanização da paisagem. Na sua grande diversidade de tipos, estas habitações manifestam com particular evidência, numerosos condicionalismos fundamentais – geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais – das respectivas áreas e dos grupos humanos que as constroem e habitam. É evidente que ela pode considerar-se um produto imediato das relações do Homem com o meio natural que o rodeia, e, como tal, traduz este último na sua diferenciação regional, de uma forma directa pela utilização dos materiais locais – é o que sucede nos sistemas de construção tradicionais. De forma indirecta, esta relação Homem – Meio Natural, manifesta-se pelas soluções especiais de ajustamento às particularidades climáticas desse meio e às implicações mais ou menos indirectas que estas determinam, em particular às formas básicas dos géneros de economia que lhe são próprios: para certos autores a casa popular, e sobretudo a casa rural, é mesmo concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas, dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaias e ferramentas das lavouras. Dentro desta linha de pensamento, as casas rurais podem ser definidas, não de acordo com os materiais de que são construídas, nem as suas formas exteriores, mas segundo o seu plano interior, sobretudo de acordo com as relações que nelas se verificam entre os homens, o gado e as coisas (Oliveira & Galhano, 1992).

Não é porém unicamente na dimensão espacial, no meio físico e sua variabilidade, e na diversidade dos seus elementos, nem mesmo nesse ajustamento funcional ao género de economia de uma dada região, daquelas decorrente, que se encontram os factores explicativos da totalidade dos caracteres próprios da casa popular dessa região: a casa é acima de tudo um produto do Homem, um facto de cultura, e será no próprio homem e nas leis da sua criação cultural que se devem procurar a razão de ser e a explicação decisivas da casa que é a sua obra – a história e “correntes de civilização”, movimentos de difusão e influências, componentes sociais e conceitos de família e status económico e profissional, tradição e traços de psicologia de grupo e gosto pessoal, etc. respeitantes a essa mesma região. De facto, vêem-se muitas vezes, em regiões diferentes com idêntica constituição geográfica, clima e género de economia agrícola, mas de tradições culturais diversas, as casas respectivas,

¹ Optou-se por caracterizar e apresentar o “espaço” que a casa popular encerra, na medida que ela representa de uma forma mais clara as especificidades culturais e regionais. Na actualidade o espaço habitacional apresenta-se bastante homogéneo e por isso menos claro e menos informativo.

construídas embora com iguais materiais e concebidas para servirem as mesmas necessidades, apresentar diferenças fundamentais de forma e até de tipo e pormenores decorativos. É que na sua elaboração operam factores humanos distintos, históricos e outros – a partir de origens independentes, étnicas ou culturais –, sujeitos à acção de conceitos e padrões próprios a cada uma delas. E se não há dúvida que os factores do meio geográfico – a presença ou ausência de determinados materiais de construção, ou particularidades climáticas mais acentuadas ou severas e o seu ajustamento a tipos diversos de agricultura – determinam, positiva ou negativamente, caracteres importantes da casa regional, designadamente, por exemplo, no que respeita à sua altura, possibilidade de mostrar piso térreo e piso superior, o certo é que a força da tradição sobreleva, de um modo geral, esses condicionalismos circunstanciais. Como qualquer outro facto de cultura “um tipo de habitação resulta, o mais das vezes, de uma longa forma de evolução, ela (a habitação) resume a experiência de gerações de gentes da terra, ela forma na realidade, como dissemos atrás, uma ferramenta adaptada ao trabalho do homem do campo, este transmite-a tal como os seus antepassados a conceberam e realizaram (Oliveira & Galhano, 1992).

Os puros factos culturais intervêm não só, por vezes, na elaboração de certos tipos de construção, mas também mesmo na escolha do material empregado, sendo aliás, actualmente, com a facilidade de transportes e com o aparecimentos de novos materiais, a importância dos factores naturais, neste capítulo muito acentuada. De certo, de um modo geral, onde há pedra constrói-se com pedra, onde há falta constrói-se em terra, adobe ou tijolo, ou em madeira e outros elementos naturais disponíveis na região (Oliveira & Galhano, 1992).

Para se compreender de uma forma geral, características externas e estilo de casa de uma determinada região, e se explicar a ocorrência dos diferentes tipos e factores naturais que apontámos e das causas e ditames desses condicionalismos funcionais que a observação actual pode detectar, também os factores humanos que presidem à elaboração e evolução de qualquer elemento ou instituição cultural (Oliveira & Galhano, 1992).

É da acção conjunta e interacção destas várias ordens de factores. Diversamente hierarquizados, que derivam os tipos, as formas e os estilos peculiares das casas das diferentes regiões (Oliveira & Galhano, 1992).

Como reflexo e expressão desta fundamental diversidade regional, e pela acção conjunta dos múltiplos factores que indicámos – naturais e humanos, económico-sociais e etno-históricos - que caracterizam e individualizam cada uma das diferentes áreas geográfico-culturais em que o País se divide, também a casa popular, entre nós considerada globalmente, se apresenta em toda a sua riqueza e variedade. Em Portugal ocorrem inúmeras versões e variantes regionais, os géneros básicos conhecidos da casa popular: casas térreas e casas de andar, ou casas-torres, casas blocos e casas de pátio aberto ou fechado, casas de pedra, granito, xisto ou calcário, conforme a natureza dos solos e o costume local, e casas de materiais leves, de taipa... (Oliveira & Galhano, 1992).

“Como todos os casebres da serra, o do Esgueira era de grossa pedra solta, sem reboco, com um vago telhado, de telha musgosa e negra, um postigo no alto, e a rude porta que servia para o ar, para a luz, para o fumo e para a gente” (...) “ E no bocado de chão que viam, chão de terra de batida, uma mancha húmida reluzia, da chuva caída através da telha rota. A parede, coberta de fuligem, das longas fumarças da lareira, era tão negra como o chão. E aquela penumbra de porcaria escura parecia atulhada, numa desordem escura, de trapos, cacos, restos, onde só mostravam de forma compreensível uma arca de pau negro, e por cima, pendurado de um prego, entre uma serra e uma candeia, um grosso saiote escarlate”

“A cidade e as serras” – Eça de Queiroz

Os primeiros estudos etnográficos e antropológicos sobre as habitações, dedicavam a sua análise aos aspectos descritivos e diferenciadores de cada casa. Procuravam-se as diferenças regionais entre os vários tipos de habitação. Não era dada grande importância aos aspectos sociais que se estabeleciam e eram promovidos pelos espaços habitacionais.

Mais tarde a casa passou a estar associada aos aspectos relacionados com os sistemas de casamento e do parentesco. Só mais recentemente se passou a compreender o tipo de relações que se estabelecem no interior do espaço habitacional e as relações com as questões de género.

A evolução do espaço habitacional ocidental;

A disposição do interior das habitações ocidentais, europeia e americana, que hoje parecem óbvias e naturais, é na realidade uma aquisição muito recente. Como indica Philippe Aires (“L’enfant et la vie familiale sous l’ancien regime”) até ao século XVIII, as divisões não tinham funções fixas nas casas europeias. Os membros da família não podiam isolar-se como hoje fazem. Não existiam espaços privados ou especializados. As pessoas estranhas à casa entravam e saíam a vontade, enquanto as camas ou as mesas se armavam e desarmavam segundo o humor ou o apetite dos ocupantes. As crianças eram tidas como pequenos adultos. Não é portanto surpreendente que os conceitos correlativos de infância e de célula familiar não tenham podido aparecer antes da especialização funcional das partes da casa e do seu isolamento relativo. No século XVIII, a estrutura da casa mudou. Em francês, passa a distinguir-se o quarto (chambre) da sala (salle). Em inglês, o nome dado às diversas divisões designa a sua função – bedroom, living-room, dining-room. As divisões foram dispostas de maneira a darem para um corredor ou um hall como as casas dão para uma rua. A partir de então, os ocupantes deixaram de atravessar as divisões de enfiada, umas após as outras, para se deslocarem dentro de casa. Livre da antiga atmosfera de quermesse, e protegida por novos espaços, a estrutura familiar começou a estabilizar-se e, dentro em breve, exprimia-se na morfologia das casas (Hall, 1986 (1966)).

Como a divisão do espaço habitacional condiciona a relação social

Nas casas populares/comuns, das zonas rurais e litorais, o número de divisões reduzido encontra-se tradicionalmente, reduzido ao mínimo. Por norma exista um espaço comum para preparação de refeições, alimentação e demais actividades de convívio e lazer. A existir algum quarto de dormir este seria dos pais, na medida que o estatuto social das crianças e dos adolescentes, até recentemente, só passava a ser considerado já muito perto da idade adulta. A existência de um grande espaço comum a toda a família, fazia com que, por um lado, a individualidade de cada um fosse remetida para um segundo plano, e por outro, levava a uma rede de relações sociais muito mais próxima e com a contribuição de todos. Para além desta proximidade no seio familiar, também ao nível da vizinhança a proximidade e a intimidade era muito próxima havendo inclusivamente construções que reforçavam esta proximidade e sentido de comunidade, como seja o caso dos “Pateos” lisboetas.

Hoje em dia, o valor dado a individualidade e à personalidade de cada membro da família criou um ou vários espaços dentro da habitação para cada membro da família. E se assim se abre espaço para a construção da personalidade individual, elimina-se o espaço para as relações colectivas. Sendo a casa o primeiro espaço para a socialização, o tipo de organização que apresenta e o espaço, e as áreas dedicadas a cada um dos indivíduos e ao colectivo que nele habita, vai condicionar o tipo de formação pessoal. Por outro lado, a influência cultural de cada grupo humano, ou seja, o tipo de importância e classificação e atribuição de papel social vão também influenciar a forma como os espaços familiares e habitacionais são organizados e ocupados.

Actualmente o espaço comum, existente nas casas ocidentais pretende reproduzir os espaços que anteriormente eram impostos pelos condicionantes económicos e sociais e que permitiam um maior convívio.

Espaço e género

O género é definido como a interpretação cultural das características físicas atribuídas a homens e mulheres. O género, distingue-se do sexo na medida em que este último apresenta uma definição estritamente biológica, o primeiro conceito está associado a questões culturais e sociais. O género define-se pelos papéis sociais que cada sexo representa e é esperado representar em cada circunstância. Apesar do género se definir a partir das características físicas a sua dimensão é construída simbolicamente e em cada contexto cultural específico.

O estudo antropológico do género baseia-se muitas vezes nos padrões de comportamento e as representações simbólicas distinguem os sexos e de que forma isso se reflecte na dimensão do poder, autoridade e os valores atribuídos às assimetrias de género.

Quando se cruzam os campos de actuação de espaço e género, percebemos que estas duas dimensões assumem uma realidade em si mesma, a partir da qual foi construído o conceito de “espaços de género”. Os espaços de género incluem lugares que as culturas revestem com significados associados a cada género. Locais em que ocorrem práticas culturais e comportamentais que se estabelecem de forma dependente do género. Refere-se também a

lugares que são usados estrategicamente de forma a produzir e reproduzir identidade e manter relações de assimetria entre indivíduos de ambos os géneros (Low & Zúñiga-Lawrence, 2003). Compreender a importância e a relação que cada espaço e lugar estabelece com cada um dos géneros, permite compreender a tensão que se pode criar entre eles assim como permite.

Até recentemente na nossa sociedade, existiam espaços vedados a mulheres e outros que por questões associadas ao poder do género masculino, não eram muito apelativos à presença dos homens. Ainda em muitas aldeias portuguesas, as mulheres não entram em tabernas ao passo que os homens não entram no espaço que constitui a cozinha ou que de alguma maneira estejam relacionados com as tarefas domésticas. Também nas igrejas, a ocupação dos espaços era feita de forma diferenciada ficando os homens de um lado e as mulheres de outro. Desta forma reforçavam-se os laços sociais de poder diferenciado entre os géneros.

Durante muito tempo e ainda em alguns casos na actualidade, o espaço habitacional é muitas vezes um compósito de lugares associados ao género. Estereotipadamente, tínhamos as mulheres e a cozinha, os homens e as salas ou garagens; as crianças no quarto delas ou num quarto de brincar... Assim a casa reflectia cada um dos papéis sociais atribuídos a cada um dos elementos do agregado familiar.

A casa é o lugar mais frequentemente associado aos géneros devido ao seu carácter privado. A sua importância reside no facto da casa ser um elemento cultural central e o seu papel no processo de produzir e reproduzir as relações que se estabelecem na sociedade. A preocupação com a casa tem geralmente implicado um maior interesse na articulação espacial do papel das mulheres porque são frequentemente representadas como estando confinadas às fronteiras da casa enquanto os homens se consideram como sendo mais livres para agirem para além dos limites da casa.

Bibliografia

- Hall, E.T. 1986 (1966). *A dimensão oculta* (trans.) Pereira, M.S. Lisboa: Relógio D'Água.
- Low, S.M. & Zúñiga-Lawrence, D. 2003. Locating Culture. In *Anthropology of space and place: locating culture* (eds) Low, S.M. & Zúñiga-Lawrence, D. Oxford; Malden: Blackwell Publishing
- Moreira, C.D. 2006. O enigma de Teseu, ou as identidades questionadas (trans.) Celta. In *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas* (eds) Peralta, E. & Anico, M. Lisboa.15-20
- Oliveira, E.V.d. & Galhano, F. 1992. *Arquitectura tradicional portuguesa* Portugal de perto. Lisboa: Dom Quixote.
- Torrice, J.A. 2006. Patrimónios e discursos identitários. In *Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas* (eds) Peralta, E. & Anico, M. Lisboa: Celta.21-34